

Superior Tribunal de Justiça

TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.642 - MT (2019/0050468-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
REQUERENTE : JOSE PUPIN AGROPECUARIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
REQUERENTE : VERA LUCIA CAMARGO PUPIN - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO : OCTÁVIO LOPES SANTOS TEIXEIRA BRILHANTE USTRA - SP196524
ADVOGADOS : JOANA D'ARC AMARAL BORTONE E OUTRO(S) - DF032535
LIGIA CARDOSO VALENTE - SP298337
CAMILA SOMADOSSI GONÇALVES DA SILVA - SP277622
LUIZ FERNANDO VIEIRA MARTINS E OUTRO(S) - RS053731
ANA CAROLINA BUENO DO VALE E OUTRO(S) - SP387110
YURI GALLINARI DE MORAIS - SP363150
REQUERIDO : BANCO JOHN DEERE S.A
ADVOGADOS : ALEXANDRE NELSON FERRAZ E OUTRO(S) - MT022640A
LEONARDO XAVIER ROUSSENQ - MT022385A
SOC. de ADV. : ALEXANDRE N. FERRAZ & CICARELLI ADVOGADOS ASSOCIADOS

DECISÃO

Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência formulado por JOSÉ PUPIN AGROPECUÁRIA e OUTRA, objetivando a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso especial.

Os requerentes informam que, inobstante tenham o conhecimento de que a tese jurídica ora versada esteja sendo discutida pelo órgão colegiado no julgamento do **REsp n.º 1.800.032/MT**, a ação executiva ajuizada pelo **Banco John Deere S/A**, ora requerido, manteve o seu curso regular, tendo o juízo processante determinado: **a)** a penhora e a avaliação do imóvel denominado "*Fazenda Lagoa Formosa*"; e, **b)** a remoção de três plantadeiras da marca *John Deere*.

Sustentam, em suma, que o presente caso reclama efeito suspensivo por uma questão de cautela e prudência, pois o julgamento da tese jurídica está em aberto, após o voto favorável do ilustre Ministro Raul Araújo e do pedido de vista dos autos pelo eminente Ministro Luís Felipe Salomão. Defendem, ainda, que os bens penhorados são essenciais para a condução da atividade econômica do produtor rural. Ao final, postulam a concessão do efeito suspensivo ao presente reclamo.

É o relatório.

Decido.

O pedido comporta **parcial deferimento**.

1. Como é sabido, este signatário, nos autos do **REsp n.º 1.800.032/MT**, no qual se discute exatamente a tese vinculada neste recurso, na sessão de julgamento do dia **06 de junho de 2019**, proferiu voto no sentido de que o registro do empresário rural na junta comercial tem feição constitutiva e não declaratória, inviabilizando que os efeitos da recuperação judicial alcancem os créditos constituídos antes da mencionada inscrição, nos exatos termos do art. 971 do Código Civil. E, após o voto do relator negando provimento

Superior Tribunal de Justiça

ao recurso especial e o voto do Ministro Raul Araújo, dando provimento ao recurso especial, divergindo do relator, pediu vista o Ministro Luís Felipe Salomão.

Em que pese o posicionamento deste signatário contrário à tese defendida pelos requerentes, a notícia **devidamente comprovada** da existência de um ato concreto de **expropriação** de seu patrimônio, **relativa apenas à ordem judicial de remoção de três plantadeiras**, conforme atesta o documento acostado às fls. 1.832 (e-STJ), provoca uma reflexão quanto à futura utilidade da tese que a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça irá firmar sobre o tema.

1.1. Assim, no tocante ao *fumus boni iuris*, necessário salientar que, **ressalvado entendimento pessoal deste relator**, há aparentemente relevância nos argumentos tecidos pelos recorrentes, pois encontram guarida no voto já proferido pelo Ministro Raul Araújo, nos autos do **REsp n.º 1.800.032/MT**.

1.2. Quanto ao *periculum in mora*, ressalta-se que o não deferimento da referida tutela poderá ensejar a ocorrência de uma situação irreversível, traduzida na expropriação de maquinários aparentemente essenciais ao desenvolvimento da atividade econômica explorada pelos produtores rurais, cuja ordem judicial, vale ressaltar, tão-somente aguarda o cumprimento pelo oficial de justiça, conforme documentos juntados na presente cautela.

Tem-se, portanto, que a não concessão da tutela provisória ora pleiteada poderá comprometer completamente o resultado útil do julgamento e do precedente sobre a tese ora defendida que será fixada, em caráter de uniformização do direito federal, pelo Superior Tribunal de Justiça, já em andamento no REsp n.º 1.800.032/MT, que aguarda idêntica solução com o presente reclamo

Nesse contexto, considerando-se as peculiaridades do caso e não obstante os fundamentos do aresto estadual ora atacado, verifica-se, em juízo de cognição sumária, a existência dos requisitos ensejadores da liminar, **apenas quanto a existência concreta de ato judicial expropriatório de remoção de maquinário agrícola**, havendo a necessidade de se garantir a utilidade de eventual entendimento a ser proferido sobre a questão da recuperação judicial de produtor rural por esta Corte Superior.

Quanto à penhora da fazenda, não se vislumbra, ao menos nesse momento, a prática de qualquer ato concreto de expropriação praticado pelo juízo da execução, porquanto, consoante se observa da documentação anexa, foi tão-somente determinada pelo magistrado a avaliação do imóvel por oficial de justiça.

Por fim, cumpre esclarecer que na análise da tutela de urgência não se examina, com profundidade, e de modo exauriente, o objeto do presente recurso especial. Apenas é analisada, em exame perfunctório, a existência dos pressupostos legais autorizadores da cautelar, com vistas a preservar o resultado útil de eventual provimento jurisdicional a ser firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, após a conclusão do julgamento *leading case* do REsp 1.800.032/MT.

2. Ante o exposto, com fulcro no artigo 288, § 2º, do RISTJ c/c artigo 1.029, § 5º, inciso I, do NCPC, **defiro parcialmente**, em caráter liminar, a tutela provisória requerida, a fim de conceder efeito suspensivo ao presente reclamo **até o julgamento final do REsp n.º 1.800.032/MT** pela Quarta Turma do STJ, determinando, por conseguinte, **a suspensão do mandado de remoção das plantadeiras expedido pelo Juízo de Direito da 1.ª Vara Cível da Comarca de Campo Verde/MT, nos autos do processo n.º 5043-83.2017.811.0051.**

Comunique-se, com urgência, o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso e o Juízo de Direito da 1.ª Vara Cível da Comarca de Campo Verde/MT.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator

